

Lutas Democráticas: a campanha pela anistia nos jornais alternativos *Coojornal* (1978-1980) e *O Rio Grande* (1979)

Fraya Bergamini*

Resumo: O presente texto tem por objetivo analisar a campanha em prol da anistia empreendida pelos jornais *Coojornal* e *O Rio Grande*, ambos de imprensa alternativa, durante o período compreendido entre os anos de 1978-1980. Pretende compreender como se deu a cobertura da campanha pela anistia por estes periódicos gaúchos na conjuntura de abertura política do regime militar brasileiro, demonstrando a aproximação dos jornais com setores de oposição que defendiam uma anistia ampla, geral e irrestrita e a volta ao Estado de direito. A pesquisa também visa analisar que tipo de anistia os jornais defendiam.

Palavras-chave: anistia – regime militar – imprensa alternativa.

Abstract: This text aims at analyzing the campaign for the amnesty developed by the newspapers *Coojornal* and *O Rio Grande*, both of alternative press, during the period between 1978 and 1980. We intend to understand the way these newspapers from the south of Brazil (Rio Grande do Sul) covered the campaign in the context of the political opening of the Brazilian military regime, showing the closeness of these papers with opposing sectors which defended a general, broad, restriction-free amnesty and the return to the state of right. The research also aims at analyzing the kind of amnesty that the newspapers defended.

Key words: amnesty – military regime – alternative press.

Conjuntura brasileira dos anos 1970

A partir de 1974, depois de eleito Presidente da República pelo Colégio Eleitoral, o general Ernesto Geisel prioriza, em sua política, a meta de realizar uma distensão lenta, gradual e segura que permitisse a volta ao Estado de direito. O projeto de distensão ao mesmo tempo em que proporcionava um maior diálogo com os setores da oposição, excluía os setores mais radicais e os movimentos populares. E foi no contexto desta proposta de “abertura” que surgiram em cena e cresceram, conforme o passar dos anos, os novos movimentos sociais.

Dentre as medidas de distensão, estava a extinção da vigência do Ato Institucional – 5. Imediatamente, porém, a perda desse instrumento de repressão política foi compensada pela criação das Salvaguardas de Emergência, através de emenda Constitucional. Esse dispositivo dava poderes ao presidente para fazer, em situação de emergência, praticamente tudo que lhe era permitido pelo AI-5. Essa reforma mostra a ambigüidade dos objetivos da distensão.

* Graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e atualmente, pós-graduanda (*lato-sensu*) em História do Brasil pela Universidade Candido Mendes – RJ.

O retorno à democracia, embora de uma variedade contraditória, foi diversas vezes aludido por Geisel. A promessa de redemocratização gerou, no seio da oposição representada pela Igreja, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pela imprensa alternativa, - só citando alguns dos seus representantes, - uma intensa especulação e, por que não, maiores esperanças pelo fim da ditadura militar.

Acrescentamos que, apesar destas propostas, Geisel e sua equipe não tinham a intenção de permitir que a oposição chegasse ao poder. Ou seja, idealizavam uma democracia em que o partido do governo comandasse a nação sem ser contestado.

Este processo gradual de liberalização, altamente controlado pelos militares, visava frear o MDB através da Lei Falcão (1976) e do Pacote de Abril (1977). Tais medidas mudavam as regras para as eleições de 1976 e de 1978. Assim, o panorama que os movimentos opositores encontraram no seio deste projeto de abertura política, era, no mínimo, relativo, ambíguo e incerto.

O ano de 1979 inicia-se com a posse à Presidência da República do general João Baptista Figueiredo. Ele prioriza, como natureza de seu governo, dar continuidade à liberalização e fazer do país uma democracia, “nem que fosse a tapa”. O período é marcado por um intenso cenário de greves no país, sintomas da recessão econômica decorrente do fim do milagre econômico, o qual ocasionou o aumento no custo de vida, que recaiu, principalmente, sobre a população desfavorecida.

O projeto de anistia do governo Figueiredo, encaminhado ao Congresso Nacional em junho de 1979 e aprovado em agosto, respondeu aos desejos de setores militares que apostavam na distensão política. Com um relativo afrouxamento dos controles sobre a sociedade civil poderia ser garantida uma tranqüila volta dos militares aos quartéis. Sabemos que foi através da aprovação da lei de anistia que os militares se isentaram de julgamentos futuros sobre seus atos e que, ao mesmo tempo, alguns representantes da oposição conseguiram seu retorno ao país. Essa volta mudou o quadro das lideranças de oposição no país, que foi canalizado pela Lei de Reforma Partidária, aprovada meses depois da Anistia.

Atores políticos em cena

O decorrer dos anos 70 é marcado por uma tentativa de reinventar a política, uma vez que a luta armada, como opção à ditadura, havia sido desmantelada. Surge neste contexto, o período de luta pelas liberdades democráticas através de partidos de esquerda e dissidentes deles, bem como por diversos setores da sociedade, inclusive, a adesão da classe média em

prol do desmantelamento do aparato repressivo e a favor dos direitos humanos. Assim, na plataforma de luta desta oposição, podemos incluir uma aliança entre amplos setores sociais que lutavam pelo aniquilamento institucional da ditadura e, por outro lado, daqueles que batalhavam para conquistar espaço político para os diferentes grupos sociais.

Essa nova tática, definida aqui de acordo com Maria Paula Nascimento Araujo, era de resistência e de luta democrática contra a ditadura, e se corporificava na aliança entre diversos setores da sociedade e, portanto, com novos e antigos atores políticos em cena. Entre estes, destacamos MDB, partido criado pela ditadura para representar a “oposição consentida”. Abrigava em seu interior uma variedade de correntes políticas. No transcurso do início dos anos 70, esse grupo passa a incorporar os descontentes setores sociais com o regime militar. Foi um defensor atuante das causas da anistia ampla, geral e irrestrita.

Outro ator que teve atuação neste cenário foi o movimento estudantil. Além de provocar o debate em relação ao andamento da política no Brasil, as lutas dos estudantes ajudaram a valorizar os movimentos democráticos. Seu papel foi demonstrar para a sociedade, seja através da ocupação de espaços públicos, seja através de passeatas, estádios de futebol, a bandeira em defesa de uma anistia ampla, geral e irrestrita.

Na seqüência destas lutas, destacamos também o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA). Esse movimento, criado em 1975 por Terezinha Zerbini em São Paulo, expandiu-se rapidamente para outros estados do país. Em Porto Alegre, o MFPA foi fundado pela socióloga Lícia Peres e pela escritora Mila Cauduro no mesmo ano. Esse movimento, assim como os citados acima, participou ativamente na campanha pela anistia, bem como em campanhas em prol da libertação de presos políticos pelas ditaduras do Cone Sul. O MFPA acumulou forças através de suas manifestações, onde cada vez mais a população tomou conhecimento das atrocidades praticadas pelo regime militar e do significado da anistia.

Foi a partir da coragem e da força dos setores sociais que surgiram os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) no início de 1978. Primeiramente, fundados no Rio de Janeiro e logo depois expandido para o Brasil. No Rio Grande do Sul, foi fundado no início de 1979. Os CBAs se reúnem em congressos, a partir de 1978 para unificarem e articularem as ações da campanha pela anistia. Denunciavam a violação dos direitos humanos e repudiavam a anistia parcial. Os CBAs configuravam uma força agregadora dos movimentos sociais dispostos a lutar pela anistia e para isso, queriam transformar o movimento pela anistia, numa luta de massas.

Outro ator político que se afinou com as propostas da oposição foi a imprensa alternativa, que na década de 1970, teve seu ápice de expansão. Sua proposta foi a nível

nacional e regional. No RS, a imprensa alternativa foi representada pelo *Coojornal*, *O Rio Grande*, *Tiçãõ*, etc. Neste artigo, destacamos o mensário *Coojornal* e o semanário *O Rio Grande* e suas lutas em defesa da anistia.

O *Coojornal* surgiu devido ao fracasso do jornal *Folha da Manhã*. Depois de divergências internas, um grupo de jornalistas saídos da *Folha* teve a idéia de fundar uma cooperativa de jornalistas. A cooperativa *Coojornal* foi fundada em julho de 1974 depois de um pequeno grupo se reunir e discutir os aspectos que envolviam a criação desta. De acordo com Kucinski, “prevaleceu entre o grupo, a tendência à socialização dos meios de produção e à democratização total das decisões dentro do sistema cooperativista” (KUCINSKI, 1991: 209).

A primeira publicação do mensário *Coojornal* para o público data de outubro de 1976 e sua última edição é no ano 1983. Com uma tiragem inicial de 3,5 mil exemplares, tinha como editor Elmar Borges e Osmar Trindade, como secretário. Sua circulação era a nível nacional e em seu momento de maior expansão, atingiu cerca de 35 mil exemplares. “Com método narrativo, adotavam a reportagem histórica, fundamentada em documentos e depoimentos dos protagonistas ainda vivos. Tornou-se um jornal ‘memorialista’, referenciado no plano político” (KUCINSKI, 1991: 213).

O Rio Grande foi lançado pela *Coojornal* em maio de 1979, e teve duração de apenas alguns meses, - até novembro - como um semanário alternativo de âmbito estadual e também com o propósito de complementar o *Coojornal*. Era de formato tablóide, contendo charges e fotografias. Assim como o *Coojornal*, era um jornal alternativo político, sem estar atrelado a partido algum.

Chamamos a atenção para o fato de que o governo Figueiredo elaborou um projeto de anistia parcial e recíproca dentro do ideário da “abertura” lenta e gradual. Esse projeto foi encaminhado em junho de 1979 para o Congresso e teve uma aprovação apertada. Em 28 de agosto, a Lei da Anistia nº 6685 foi sancionada. Não era a anistia pela qual lutavam as oposições. Ela beneficiou os torturadores ligados ao regime e excluiu parte dos militantes que participaram da luta armada. Dessa forma, a oposição interpretou a lei da anistia recíproca como uma vitória das forças conservadoras atuantes na sociedade brasileira. Apesar disso, a anistia, mesmo que parcial, foi uma importante conquista democrática, uma vez que proporcionou o retorno de exilados e banidos políticos. Em Porto Alegre, a volta de Brizola, por exemplo, provocou intensas manifestações e festas de recepção.

A questão da anistia pode ser abordada de maneiras diferentes. Uma delas enfatiza a luta pela anistia a partir da junção de setores da oposição que lutam por profundas

transformações sociais e políticas. Outra abordagem situa o projeto do governo dentro da conjuntura de abertura lenta, gradual e segura garantida pelos setores conservadores da sociedade. No presente trabalho, optamos por acompanhar o processo de luta pela anistia, a partir de um de seus protagonistas, a imprensa alternativa.

A análise da contribuição dos jornais alternativos na campanha pela anistia, durante o processo de conjuntura de redemocratização será concentrada nos editoriais e nas charges. Acreditamos que para uma apreciação das inclinações político-ideológicas de um jornal, os editoriais devem receber atenção especial. No caso das charges, acreditamos que elas nos oferecerem uma perspectiva atraente da abertura e da anistia, uma vez que a iconografia traz embutida uma forma de leitura e tradução da realidade.

O alternativo *Coojornal* e *O Rio Grande* na Campanha pela Anistia

É sabido que a imprensa alternativa sofreu ataques por parte do governo e por isso foi reconhecida como uma das vítimas do autoritarismo da ditadura militar, seja pela liberdade de opinião então buscada pelos jornais, seja pelo grau em que esses periódicos serviam como divulgadores ideológicos contra o regime militar. “Estes tablóides ajudaram a criar uma opinião pública antiditadura, a disseminar uma cultura de esquerda, com padrões de comportamento e pensamento marcados por valores de esquerda” (ARAÚJO, 2007, p.339 e 340).

Com efeito, é possível notar nas análises editoriais de ambos os jornais, a denúncia aberta contra a censura à imprensa, críticas aos malogros do milagre econômico, críticas ao governo controlador e manipulador de informações. Também são comentadas questões como o cooperativismo no Brasil, como os projetos ambientais e de reforma agrária, e preocupações com as questões democráticas do país e do Cone Sul. Salientamos que foram encontradas nestes periódicos diversas matérias e denúncias a respeito dos episódios deflagrados pelas ditaduras nos países do Cone Sul da América Latina, bem como da atuação e da colaboração entre estes regimes de segurança nacional.

Ao lado de textos que possuem uma forte característica de contestação e repúdio ao regime vigente, outros se caracterizam pela defesa dos valores democráticos e dos direitos humanos, pela necessidade de que estes ideais prevaleçam perante as forças políticas antagônicas, bem como o apelo à necessidade da escolha, pela nação, de um presidente. Enfim, os editoriais são textos que possuem uma forte dimensão pedagógica, que visam, através de uma linguagem muitas vezes simplificada e, em outras, um tanto sarcástica,

apresentar a situação vivida pelo jornal e principalmente, as sanções que sofriam os militantes do Brasil e do Cone Sul.

Cabe destacar que a questão da anistia aparece com maior frequência nos editoriais d'*Rio Grande*, o que não acontecia naqueles do *Coojornal*. Parece-nos que isso se deve ao fato d'*Rio Grande* ser contemporâneo ao tema da anistia. Lembramos que sua primeira edição veio ao público em maio de 1979 e sua última em novembro, período esse que justamente corresponde ao encaminhamento, à apresentação, à aprovação da lei e a regulamentação da mesma.

O que detectamos a partir dos editoriais analisados no alternativo *O Rio Grande* é a desconfiança do periódico em relação ao projeto inicial do general Figueiredo sobre a anistia. Na maioria das vezes, os editoriais criticavam a proposta da anistia pela metade, que atendia os propósitos do governo de permitir o retorno ao Brasil de antigos líderes políticos visando implodir a frente oposicionista, sem que fossem anistiados antigos integrantes da luta armada. Por isso que as críticas em relação ao projeto governamental recaíam justamente na limitação dele. E mais, apesar da anistia proposta ser sintética, os editorialistas não a rechaçavam. Pelo contrário, procuravam vê-la numa perspectiva política para desta forma – no futuro – alcançar os caminhos desejados e ampliá-la até o ideal.

Em suma, é perceptível pela análise dos editoriais que os jornais alternativos não hesitavam em apoiar as lutas pelas liberdades democráticas, seja através de suas reportagens reivindicativas e denunciativas, seja pelos princípios e campanhas levantados na defesa de alguns interesses destas forças sociais opositoras. As atitudes deste meio de comunicação em relação à ditadura militar podem ser aproximadas, então, de todas as lutas que neste momento estavam eclodindo.

A luta pela anistia através das charges

Destacamos que as charges¹ foram delimitadas para a observação deste trabalho, pois concebemos este elemento iconográfico como um recurso de representação, ou seja, de expressão dos significados construídos a respeito da realidade. Esses significados são compartilhados por um grupo e eles compõem “um sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens constroem através da história para dar significado às coisas” (PESAVENTO, 2006: 50). Ou seja, encaramos esses desenhos como manifestações

¹ A distinção entre caricatura e charge é polêmica, muitos autores usam as duas expressões indistintamente. Assim as trataremos neste trabalho.

que nos auxiliam a entender a explicação do mundo construída pelos chargistas, os quais eram identificados com a proposta política dos jornais em análise.

No caso que aqui analisamos, as charges a nível nacional que mais aparecem nos periódicos analisados são aquelas destinadas à crítica ferrenha ao projeto de abertura lenta e gradual de Geisel, bem como ao continuísmo político do general João Baptista Figueiredo. Somando-se a isso, apresentam através da irreverência e do sarcasmo, revelações sobre a sucessão presidencial, a disputa eleitoral da qual mais uma vez o povo não iria participar. A isso é acrescida uma crítica que afirma que as promessas e os planos serão os mesmos, resultado de uma lapidação pela qual passou o novo presidente.

Outros elementos críticos constantes na iconografia pesquisada foram o fim do milagre econômico traduzido por uma grande conturbação social, o aumento da dívida externa e as greves que estavam eclodindo no Brasil, principalmente no ABC paulista e em Minas Gerais e que logo mais tarde espalharam-se na maioria dos estados do país. Outros elementos questionados pelos chargistas foram a reforma partidária do Pacote de Abril que provocou a mudança de regras para as eleições; ferrenhas críticas a Delfim Neto e ao continuísmo político; o início do pluripartidarismo com a reforma partidária do general Figueiredo. Outro tema constante nas imagens foi a denúncia da participação de policiais no seqüestro dos uruguaios no RS, bem como a volta dos exilados ao Brasil, a anistia e os presos políticos.

Entendemos que o valor dado às charges era uma forma de expressão para trazer a tona os problemas sociais que não podiam ser ou não eram colocados diretamente nos jornais. Elas eram utilizadas para driblar a censura e para renovar os costumes. Talvez fosse a única forma dos caricaturistas² de expressarem sua vingança contra os poderosos e os intolerantes no poder numa época em que a liberdade de expressão era coisa rara.

De modo geral, nos periódicos alternativos, as imagens relacionadas à anistia atacavam a morosidade do governo militar em aprovar a lei de anistia, por meio da qual retornariam os exilados políticos, referenciavam a maneira como seriam recepcionados os perseguidos políticos e criticavam a limitação do projeto proposto por Figueiredo e sua equipe. De acordo com este projeto, muitos “guerrilheiros” seriam excluídos, não recebendo anistia mesmo que permanecessem vivos. Tampouco seriam anistiados aqueles que cometeram seqüestros, assaltos e que participaram da luta armada. E a maioria das charges analisadas critica justamente essa limitação do projeto, suas contradições em relação ao processo de abertura política.

² Os caricaturistas participantes dos jornais analisados foram Edgar Vasques, Santiago, Luis Fernando Veríssimo, Ronaldo, Canini, Beto, etc...

Podemos relacionar essa lenta abertura política tantas vezes denunciada através das charges, como representações do mundo social construídas e que foram determinadas pelos interesses ideológicos de cada um dos chargistas aqui trabalhados. Torna-se perceptível que esses desenhistas criticavam ferrenhamente o vagaroso processo militar de redemocratização da nação brasileira. Compreende-se que as charges foram feitas com o objetivo de reforçar a resistência da oposição, indo então, em contraposição às políticas militares e civis comprometidas com o projeto de abertura.

Assim, não fizeram apenas charge, fizeram política e história. A cada passo em falso dos todo-poderosos surgia uma caricatura, uma pose, uma chacota. Todos contaram com sensibilidade excepcional para captar a realidade e traduzi-las através do exercício da cidadania, atingindo com isso um resultado que outras formas de comunicação dificilmente alcançariam.

De acordo com o que foi exposto acima, ambos os jornais alternativos empreenderam uma importante batalha pela campanha da anistia. Suas reportagens contribuem para todos aqueles que lutavam e aguardavam a solução para o seu caso e para a aprovação de uma lei decente, que julgasse e punisse os torturadores. Não queriam passar uma borracha para esquecer as atrocidades da ditadura, mas clamavam por justiça e paz.

A campanha empreendida pelos jornais analisados em relação à anistia foi aquela que ia ao encontro dos setores da oposição, ou seja, alçando a bandeira da anistia ampla, geral e irrestrita. Essa afirmação se dá não somente pela análise dos editoriais e das charges, mas é confirmada ao longo das matérias publicadas nos jornais, quando nos deparamos inúmeras vezes com declarações de repúdio ao projeto de anistia proposto pelo Governo e aprovado pelo Congresso.

Apesar do término do regime militar nos idos da década de 1980, ainda permanecem na sociedade inúmeros aspectos não resolvidos pela legislação da anistia. Ainda hoje lutamos pela abertura de todos os acervos da ditadura, pela condenação do abuso de autoridade praticado pelos militares torturadores para, de certa forma, amenizar esse descaso que foi o regime militar no Brasil. Devemos hoje, reafirmar esse repúdio, esse esquecimento de responsabilização dos torturadores já identificados. Devemos levar adiante o debate ora travado em torno da ação do Ministério Público Federal que quer a punição dos envolvidos. A tortura é crime hediondo, não é ato político nem contingência histórica. Não lhes cabe o benefício da Anistia. Fomos todos atingidos e agora esperamos, juntamente com o Ministério da Justiça e da Secretaria dos Direitos Humanos, a determinação para fecharmos esse autoritário ciclo do medo. Devemos sim, lutar pela revisão da Lei. Devemos, a partir de

agora, levantar essa bandeira para que uma lei de anistia investigue os crimes de lesa-humanidade.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

Coojornal, janeiro de 1978 a dezembro de 1980.

O Rio Grande, maio a novembro de 1979. Ambos consultados no Arquivo Público Moyses Velinho, Porto Alegre – RS.

Fontes Secundárias

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Política, esquerda e imprensa alternativa no Brasil dos anos 70: objetos e fontes históricas*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1999.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Lutas democráticas contra a ditadura*. IN: REIS FILHO, Daniel Aarão e FERREIRA, Jorge. *As esquerdas no Brasil*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de massa sem massa*. São Paulo: Editora Cortez, 1982.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990.

CHINEM, Rivaldo. *Imprensa Alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.

ELMIR, Cláudio Pereira. *As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica*. In: Cadernos do Programa de Pós Graduação da UFRGS. Porto Alegre, 1994.

GRECO, Heloísa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Belo Horizonte: UFMG, 2003 (Tese de doutorado em História).

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da Imprensa Alternativa*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

LEMOS, Renato. “Anistia e crise política no Brasil pós- 1964”. In Topoi nº 5, Revista de História, Programa de Pós Graduação em História Social, UFRJ, 2002.

PESAVENTO, Sandra J. *Cultura e representações, uma trajetória*. Anos 90: Revista de programa de Pós Graduação em História/ UFRGS. IFCH. PPG/História. v.13, nº 23/24 (jan./ dez. 2006)-, Porto Alegre: PPGH, 2006.